

A construção social da juventude¹

Georgia de Mattos ²

Resumo: Este artigo é parte da tese em desenvolvimento, que tem como tema as relações de gênero no canal da youtuber Louie Ponto. O canal possui, em sua grande maioria, seguidoras/es jovens, por isso, neste texto, propõe-se refletir sobre a questão da juventude, enquanto categoria de construção social. Assim, numa perspectiva teórica, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, tomando como base a cronologia das idades, realizada pelo historiador Ariés (1986), bem como, a juventude, especificamente, explanada na perspectiva sociológica de Mannheim (1982) e o estudo sobre geração de Eisenstadt (1976). Percebe-se que a ideia de juventude ultrapassa as marcações biológicas, tratando-se, muito mais, de uma emergência social, construída ao longo do tempo e que, a partir da formação de grupos e turmas, a juventude contribui para o desenvolvimento das relações sociais do indivíduo.

Palavras-chave: Juventude. Geração. Cronologia das idades. Construção social da juventude.

1 Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior – a tese, em fase de desenvolvimento, que tem como tema as relações de gênero no canal Louie Ponto, do Youtube. Assim, o objeto de estudo está inserindo num campo interdisciplinar, em que as discussões se imbricam entre a Comunicação, Mídias Digitais, Relações de Gênero e Juventude, levando em conta que a maior parte das/dos seguidoras/es da youtuber são jovens.

Dessa forma, neste texto, propõe-se refletir sobre a questão da juventude, que parte do pressuposto de que a esta é uma fase singular da vida de um indivíduo, de modo que não se estabeleceu, e ainda estabelece, de modo natural, considerada apenas em seu domínio biológico, mas constituída enquanto categoria social, concebida historicamente na linha do tempo. As pessoas que compõem esse grupo classificado de juventude possuem características singulares, mas estas, além de decorrer de seu próprio desenvolvimento maturacional, são possibilitadas pelo contexto social e cultural que emergem.

Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, pois se trata de um artigo teórico, que aborda a sequência histórico-social do pensamento sociológico instituído sobre essa classe denominada jovens. Na próxima seção, apresenta-se a cronologia das idades de

¹ Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Mídias Contemporâneas e práticas socioculturais do XV Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, 27 e 28 de setembro de 2021.

² Doutoranda em Comunicação e Cultura (Uniso), georgia.jor@gmail.com.

Ariés (1986), bem como, a perspectiva sociológica da juventude e a questão da geração, elaborada pelos sociólogos Mannheim (1982) e Eisenstadt (1976), respectivamente, na seção seguinte. Finalmente, encerra-se com algumas reflexões concluintes dessa etapa, considerando que a questão está longe de se esgotar.

2 A história social da juventude

A cronologia das idades, realizada pelo historiador Ariés (1986), com base em bibliografias e tratados pseudocientíficos da Idade Média, mostra-nos a distribuição das fases da vida humana, que, naquele período, era associada à astrologia, correspondia à ordem dos planetas, ou ainda, orientada pela periodização dos signos do zodíaco. Segundo o autor, essas categorizações eram consideradas científicas, como também, conformadas com um sentimento popular.

Desse modo, a divisão das fases da vida era, comumente, entre infância e puerilidade, juventude e adolescência, e velhice e senilidade. Quando conferidas aos planetas, até os sete anos era a idade da infância, chamada de *enfant* (criança), aquele não falante, pois ainda não forma as palavras de modo perfeitamente correto; a segunda infância, chamada de *pueritia*, período que durava até os 14 anos; mas era a terceira idade que se denominava como adolescência, que podia terminar aos 21 ou até mesmo aos 35 anos. À época, segundo Ariés (1986), essa “adolescência”, estava atrelada à capacidade de procriação. Somente após esse período, considerava-se, então, a juventude, que podia durar até os 45 ou 50 anos de idade, em que o indivíduo estava na plenitude de suas forças. E, por fim, a fase da *senectudade*, entre a juventude e a velhice, na qual a pessoa não está tão vigorosa, mas também ainda não era considerada velha. Já a velhice, quando os sentidos não eram mais os mesmos, podia durar até os 70 anos ou até a sua morte.

De acordo com as iconografias encontradas por Ariés (1986), é a partir do século XIV ao século XVIII que as fases das idades se fixou em: a idade dos brinquedos; a idade da escola – em que os meninos aprendia a ler e as meninas a fiar, numa clara distinção de papéis impostos pela diferença de gênero; a idade do amor ou dos esportes; a idade da guerra ou da cavalaria; e, por fim, a idade sedentária, representados por homens da lei, da ciência ou do estudo.

Percebe-se que o relato apresentado pelo autor revela-se um tanto impreciso se comparado com as categorias hoje estipuladas, em que a relação das idades se baseavam

em propriedades da natureza. Muito embora, ao longo do tempo e ainda atualmente, as idades de cada fase são alteradas e adaptadas conforme o contexto de cada época e lugar. A juventude relatada, por exemplo, pode muito bem ser enquadrada no que, hoje, chama-se de vida adulta, indivíduo maduro, no período em que se casa, tem filhos e está, geralmente, bem estabelecido no trabalho e nos negócios. Mas mesmo no momento atual, há mudanças no que diz respeito à juventude. No Brasil, não há consenso do limite da idade dentro dessa fase. Alguns especialistas defendem que vai dos 19 aos 24 anos, outros, até os 29 anos, mas de acordo com o contexto atual brasileiro e do mundo, muitas pessoas estão tardando o período de sair de casa, podendo a juventude se estender até os 35 anos.

A questão primordial, porém, vai além desse enquadramento, é saber em que momento essas fases foram assim determinadas, como aconteceu essa divisão entre grupos etários específicos?

Ainda segundo Ariés (1986), o sentimento e a afeição pela infância não existiam na sociedade medieval, assim, a ideia de uma infância e de uma fase distinta de outras fases da vida não era comum, não havia essa consciência. “Isso nos sugere duas ideias: primeiro, a de que na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda a reunião para o trabalho, passeio ou jogo reunia crianças e adultos” (ARIÉS, 1986, p. 56). Ademais, era comum não se apegarem a suas crianças, pois sua perda era, frequentemente, inevitável, pois as crianças morriam em alto número, devido a questões demográficas da época.

No século XVII, conforme Ariés (1986), há uma mudança, a princípio, entre a burguesia, em que a infância passa a circunscrever em seu sentido moderno, enfatizando a importância da criança, sobretudo, por uma cristianização mais acentuada nos costumes. O autor acrescenta que, somente no século XVIII, os párocos passaram a registrar com exatidão os índices das crianças, medida surgida a partir de reformadores religiosos e civis que impuseram os documentos – a princípio – nas camadas mais instruídas da sociedade.

[...] A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÉS, 1986, p. 65).

Esse cenário surgiu entre moralistas e educadores do século XVII, que despertaram o interesse na formação psicológica e moral das crianças, como também, influenciou toda a educação até o século XX, de acordo com Ariés (1986). O autor destaca esse sentimento da infância em dois aspectos: um, caracterizado pela “paparicação” no âmbito familiar; e o outro, a preocupação de eclesiásticos com a disciplina e a racionalidade dos costumes. A partir de então, as questões que se referiam às crianças e à família tornaram-se dignas de atenção, em que a criança passa a assumir lugar central na família.

Concomitante a isso, outro fator que contribuiu para a distinção entre a criança e o adulto – e ainda mais determinante – partiu da escola e do colégio, embora reservados para um pequeno número de clérigos, é nesse espaço que as crianças ficavam isoladas, num período de formação tanto moral quanto intelectual, separadas da vida dos adultos. É na escola, portanto, que começa a ocorrer a separação entre as crianças menores das maiores, na qual passou a um regime infantil e juvenil discriminativamente. Dessa forma, a juventude escolar se distinguia do restante da sociedade, embora ainda misturadas em relação às idades, sexos e condições sociais.

Ariés (1986) aborda que essa distinção indicava uma conscientização da particularidade da infância ou da juventude e que, no interior dessas, existiam ainda muitas categorias. “As classes escolares que se haviam formado por razões não demográficas serviriam gradualmente para enquadrar as categorias de idades, não previstas de início” (ARIÉS, 1986, p. 173). Nessa época, ainda não havia uma divisão clara entre a infância, a adolescência e a juventude, essas categorias eram confundidas entre si, separadas, somente, no século XIX, pela difusão do ensino superior – a universidade ou as “grandes escolas”, também destinadas à burguesia. Segundo o autor, configurava-se a família moderna ao mesmo tempo em que a educação das crianças se retirava para a escola. “A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato” (ARIÉS, 1986, p. 277). Apesar disso, ainda persistia a ambiguidade entre a infância, a adolescência e a juventude.

É no século XX que a juventude, então no mesmo patamar que a adolescência, passou a ser objeto de tema literário e, também, tornou-se preocupação dos moralistas e

políticos. Dessa classe de idade, começou a surgir pesquisas, considerada como carregada de novos valores, capazes de reavivar a velha sociedade.

Ao contrário, a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes beligerantes, até mesmo na América de Dos Passos. Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente. Daí em diante, o casamento, que não era mais um ‘estabelecimento’, não mais a interromperia: o adolescente-casado é um dos tipos mais específicos de nossa época: ele lhe propõe seus valores, seus apetites e seus costumes. Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo. (ARIÉS, 1986, p. 46-47).

Assim, de uma infância inexistente para a sua valorização, a ponto de separá-la para uma educação adequada fora de casa, até a necessidade de diferenciar as idades dentro da escola, a juventude se torna uma periodização específica – e desejada – na vida humana. Essa conjuntura denota, portanto, que ao lidar com o fenômeno da juventude – e seu fator geracional – é imprescindível refleti-lo em suas relações sociais e culturais, pois os elementos biológicos são, assim consideradas, como a esfera mais básica da realidade.

3 Perspectiva sociológica da juventude

O pensamento acima também é defendido pelo sociólogo Mannheim (1982) – um dos mais estimados pesquisadores do estudo das gerações – que ressalta a importância de qualificar esse conceito para não confundir as questões puramente biológicas com as que são produtos de forças sociais e culturais. Para uma análise mais profunda, Mannheim (1982) estabelece uma distinção formal entre as categorias: “situação da geração”, “geração enquanto realidade” e “unidade de geração”. Para o autor, a “situação da geração” pode ser definida como a similaridade da situação em que determinados grupos surgem numa realidade histórico-social específica.

A situação da geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana – os fatores de vida e morte, um período limitado de

vida, e o envelhecimento. Os indivíduos que pertencem à mesma geração, que nasceram no mesmo ano, são dotados, nessa medida, de uma situação comum na dimensão histórica do processo social. (MANNHEIM, 1982, p. 71).

O autor destaca ainda que, embora o fenômeno das gerações esteja baseado no seu status biológico – nascimento e morte – não significa ser deduzível a este. Mannheim (1982) interpreta que o fenômeno das gerações está implicado na existência das interações sociais; numa estrutura social definida; e pelo contexto histórico particular de continuidade. Assim, para ele, o problema sociológico das gerações está na pertinência sociológica dos fatores biológicos. É nesse ponto que a geração é considerada como uma categoria particular de situação social.

De acordo com essa concepção, fazer parte de uma mesma geração ou grupo etário é estar numa mesma estrutura e situação histórico-social, que predispõe os indivíduos desse contexto específico experienciarem um modo próprio de pensamento e de ação potencialmente comuns; estão, desse modo, propícios a determinadas possibilidades circunscritas. Segundo Mannheim (1982, p. 79), os “membros de uma geração estão “similarmente situados”, antes de tudo, na medida em que todos estão expostos à mesma fase do processo coletivo”.

Contudo, mesmo que o período de vida de um certo grupo de pessoas seja o mesmo, isso, por si só, não garante uma similaridade de situação, apenas estão situados numa mesma fase etária e no mesmo contexto histórico. Sendo assim, o autor chama a atenção para a “estratificação” da experiência, ou seja, o que permite as pessoas vivenciarem uma mesma realidade depende de essas participarem dos mesmos acontecimentos. Mannheim (1982) exemplifica comparando jovens da China com os da Alemanha, no período de 1800, que embora faziam parte de uma mesma situação geracional, não compartilhavam das mesmas experiências, seus modos de pensar, de ser ou de sentir eram completamente diferentes. Dessa forma, “a mera contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum” (MANNHEIM, 1982, p. 80).

O autor esclarece que fazer parte da mesma contemporaneidade somente se torna significativa se envolver a participação dos indivíduos nas mesmas circunstâncias históricas e sociais, é o que ele chama de fenômeno da “estratificação”. Quando pessoas da mesma geração experienciam a contemporaneidade de modo muito diferente, por

estarem situadas em contextos históricos distantes, ou, ao contrário, quando grupos etários mais velhos experienciam os mesmos processos históricos junto a geração mais jovem; em ambos os casos não há uma mesma situação de geração.

A partir dessa proposição, o autor denomina de “geração enquanto realidade”, que abrange mais do que a mera existência numa região histórica e social, mas constitui a direta participação dos indivíduos no destino comum da realidade histórica e social na qual se encontram. Mannheim (1982, p. 86) acrescenta que para “participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural”. Participar de uma mesma comunidade histórica, para ele, é o critério principal de similaridade de situação de uma geração.

Assim, segundo o autor, há realidade geracional quando existir um vínculo concreto entre os membros de uma determinada geração. A título de exemplo, Mannheim (1982) compara jovens camponeses com jovens urbanos, que podem partilhar de uma mesma situação de geração, estando presentes numa mesma sociedade, porém, não são unidos pela mesma geração real, pois esta ocorre quando seus membros possuem experiência ativa ou passiva das interações constituintes de sua realidade. “Indivíduos da mesma idade, eles eram e são, contudo, unidos como uma geração real apenas na medida em que participam das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período” (MANNHEIM, 1982, p. 86).

O autor explicita que é dentro da geração real que emergem as “unidades de geração”, que manifestam um vínculo ainda mais concreto entre seus membros. Em outras palavras, jovens que experenciam as mesmas questões históricas concretas fazem parte da mesma geração real; e jovens que constituem grupos dentro da geração real, que vivenciam suas experiências de modo comum, pertencem a mesma unidade de geração. Dito de forma resumida, a situação de geração diz respeito aos indivíduos que pertencem à mesma faixa etária; a geração real aos que fazem parte do mesmo contexto sócio-histórico; e as unidades de geração aos grupos específicos que se formam dentro da geração real.

Enquanto a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum

modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. (MANNHEIM, 1982, p. 89).

É sobre as unidades de geração que Mannheim (1982, p. 87) se prolonga ao indagar “o que produz uma unidade de geração?” ou “em que consiste a maior intensidade do vínculo?”. O autor responde que em qualquer unidade de geração particular, existe uma consciência semelhante entre seus membros e, ao formarem um grupo, este possui efeito socializante. Ou seja, como o autor pontua, há uma mesma tendência formativa que vincula socialmente os indivíduos, com atitudes integradoras, num conjunto de esforços coletivos. Como o autor declara:

Nós sempre vemos as coisas já formadas de um modo especial; pensamos conceitos definidos em termos de um contexto específico. A forma e o conceito dependem, em qualquer caso, do grupo ao qual pertencemos. Tornar-se realmente assimilado a um grupo envolve mais que a mera aceitação de seus valores característicos – envolve a capacidade de ver as coisas a partir de seu “aspecto” particular, de dotar os conceitos de sua nuance particular de sentido, e de experimentar impulsos psicológicos e intelectuais na configuração característica do grupo. Significa, além do mais, absorver aqueles princípios formadores interpretativos que habitam o indivíduo a tratar novas impressões e acontecimentos de uma maneira predeterminada em linhas gerais pelo grupo. (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Isso confirma a relação estabelecida no Youtube, em que jovens não somente aceitam os valores ditados pela youtuber, mas compactuam com sua forma de “pensar”, experienciam as mesmas questões e conflitos socioculturais que envolvem suas subjetividades, suas formações enquanto sujeitos generificados e sexuados. Além do mais, como também nos lembra Mannheim (1982), a importância social desses princípios formadores é que institui uma ligação entre indivíduos espacialmente distantes, até mesmo aqueles que nunca se encontraram pessoalmente; como no caso da interação nas redes sociais digitais, que formam grupos de indivíduos – uma unidade de geração – ainda que existentes somente nesse meio virtual. A socióloga brasileira Weller (2010) – em artigo sobre a concepção de gerações de Mannheim – complementa que os modernos meios de comunicação ampliam as possibilidade de participação de jovens, mesmo em continentes distintos, que acabam atuando em conjunto nos acontecimentos e experiências semelhantes – o que reitera a ideia de estratificação das experiências

geracionais, como ocorre no Youtube, em que as interações e as motivações conectam jovens de qualquer lugar do Brasil e/ou do mundo.

De acordo com Mannheim (1982), esses grupos não se caracterizam apenas pela livre participação de seus membros e de acontecimentos partilhados igualmente por eles, mas pela “identidade de reações”, pelas afinidades que os entrelaçam com suas experiências comuns. Sendo assim, dentro de uma mesma geração, podem surgir várias unidades de geração, ou seja, grupos específicos que se relacionam em seus modos próprios de experiências. O vínculo que ocorre numa unidade de geração tende a ser mais concreto, como pontua o autor, por envolver atitudes integradoras partidárias. Weller (2010) reitera que as unidades de geração são as que mais se aproximam de um grupo concreto, embora, acredita ainda, que o interesse de Mannheim não está direcionado ao grupo em si, mas sobre suas tendências formativas, àquilo que desperta e concretiza seu vínculo com as vontades coletivas.

Uma unidade de geração se caracteriza pelas intenções primárias documentadas nas ações e expressões desses grupos. Essas intenções primárias ou tendências formativas só poderão ser analisadas a partir de um grupo concreto porque foram constituídas nesse contexto. Contudo, as intenções primárias não se reduzem ao grupo e aos atores, que, por sua vez, não se reduzem ao status de membros de um grupo concreto mas ao de atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações. (WELLER, 2010, p. 216).

Mannheim (1982) defende que o fenômeno social da geração representa um tipo particular de identidade de situação, no qual abarca grupos etários relacionados num processo histórico-social; desse modo, “a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos *dados naturais* da transição de uma para outra geração” (MANNHEIM, 1982, p. 73, grifos do autor). Diante disso, o autor também estabelece os fatos fundamentais relativos às gerações, são cinco, precisamente: 1) Novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto; 2) Antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; 3) Os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e; 4) É necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e por último, 5) A transição de uma para outra geração é um processo contínuo.

Em relação à primeira característica, o autor defende que a criação e a acumulação culturais nunca se realizam pelos mesmos indivíduos, pois sempre surgem novos e contínuos grupos etários, logo, a cultura se desenvolve por pessoas que se relacionam de modo diferente com a herança acumulada. Para isso, ocorre o segundo aspecto, as mudanças com as questões tradicionais, que se adaptam à nova situação prevalecente, ou seja, há uma certa descontinuidade com antigos paradigmas. Consequentemente, o terceiro fenômeno para as gerações existirem diz respeito ao rejuvenescimento social, à mudança frequente no quadro de indivíduos que atuam culturalmente.

A quinta característica se refere à passagem dos modos tradicionais de vida para as novas gerações, pois estas são transmitidas de modo inconsciente e involuntário, assim, mesmo que se alterem, ainda funcionam de modo razoavelmente satisfatório à nova situação. Por último, esse processo de transmissão de uma geração à outra é um processo contínuo, em que Mannheim (1982) acredita que acontece, principalmente, através das gerações intermediárias. “O fato da transição de uma para outra geração ocorrer continuamente tende a tornar essa interação mais suave; no processo dessa interação, não é a mais velha que aproxima-se imediatamente da mais jovem; os primeiros contatos são feitos por outras gerações “intermediárias”, menos afastadas entre elas” (MANNHEIM, 1982, p. 84).

Para o autor, essas características são fenômenos básicos para a existência das gerações numa sociedade, bem como, a distinção entre gerações como fatores coletivos de um lado, e grupos sociais concretos por outro – situação da geração, geração real e unidades de geração. Em que esta última é constituída por meio da similaridade de situação e experiências comuns aos indivíduos nela inseridos, enquanto um grupo concreto dentro de um todo social. Por grupo concreto, Mannheim (1982) entende a união de pessoas a partir de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados. São os vínculos mais fortemente desenvolvidos num determinado grupo.

Desse modo, Weller (2010, p. 209) acrescenta que o autor direciona a atenção para o fato de que variados grupos etários podem experienciar “tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico”. Portanto, as gerações são caracterizadas como processos dinâmicos e interativos, como também, estão imbricadas em suas relações com o meio social – sexualidade, idade, raça, e tantas outras questões identitárias.

Outro sociólogo que também se dedicou à questão das gerações, Eisenstadt (1976), analisou os fenômenos sociais que contemplam os grupos etários, bem como, investigou as condições sociais em que estes ocorrem em sociedades primitivas, históricas e modernas. Para nosso propósito, interessa-nos expor sobre esta última, já que suas características estão mais próximas da atualidade.

Para Eisenstadt (1976), assim como para Mannheim, os grupos etários não existem por acaso, mas a partir de condições sociais específicas. Concentremo-nos na emergência desses grupos na “sociedade moderna”, como assinala o autor. Para ele, este tipo de sociedade, diferentemente das sociedades históricas ou primitivas, em que as relações sociais e institucionais se baseiam no grau de parentesco, também denominada de particularista, onde as diretrizes regidas no contexto familiar não diferem muito das estipuladas em outras esferas sociais totais. Diversamente desta, em sociedades ditas modernas, essa relação é altamente diferenciada, como interpreta Eisenstadt (1976, p. 143), “é regulada em moldes universalistas”, ou seja, segundo o autor, a distribuição de papéis dentro desse tipo de sociedade moderna faculta numa segregação do indivíduo (jovem) com a sua família, em que os valores e padrões na esfera familiar se difere totalmente daqueles das esferas institucionais do sistema social geral. Para o autor, na sociedade moderna, emerge uma ideologia e uma identificação próprias de juventude e de “idade”.

Esta hipótese baseia-se na suposição de que, na medida em que o sistema geral de normas da sociedade se harmoniza com as normas familiares (ainda que a família e a unidade parental não constituam a unidade fundamental da sociedade), a transferência da identificação e extensão da solidariedade é um processo relativamente fácil, uma vez que o indivíduo está capacitado para alcançar sua plena qualidade de membro por meio de padrões de comportamento adquiridos no âmbito familiar. Quando, porém, os princípios integrativos da estrutura social diferem daqueles que regem o comportamento da família e do parentesco, este suave desenvolvimento de uma solidariedade familiar a uma solidariedade cívica ou outro tipo de solidariedade incorporada é impossível, uma vez que o indivíduo tem que mudar seus padrões de comportamento num certo ponto de sua vida para ser capaz de alcançar um pleno status na sociedade (o mesmo é válido, naturalmente, para qualquer subsistema dentro da estrutura social). (EISENSTADT, 1976, p. 22-23).

Por conseguinte, a ascensão das sociedades modernas suscitou grupos e agências próprios da juventude, por meio de novos sistemas econômicos e políticos, que

promoveram um desenvolvimento desigual nos setores sociais. Nesse cenário, jovens e adolescentes desejam se emancipar da autoridade familiar, migrando para grupos de iguais, em que possuem um status de pertencimento ao grupo. Eisenstadt (1976) entende que ao pertencer a um grupo de pessoas da mesma idade, o indivíduo adquire uma nova identidade, tanto enquanto sujeito como também uma identidade coletiva de grupo.

Para o autor, os diferentes grupos etários contribuem tanto para o sistema social como um todo quanto para o desenvolvimento individual. Eisenstadt (1976) traça três fatos que contribuem para essa relação, denominados de fatores universais: a) a plasticidade da natureza humana; b) as exigências da socialização e do aprendizado; e c) as alterações da mortalidade e da população no sistema social. Focaremos nas duas primeiras características sociais.

Sobre a plasticidade da natureza humana, refere-se à característica do comportamento humano que se molda por meio do aprendizado e pela aquisição dos padrões culturais, portanto, o indivíduo não é determinado pela hereditariedade ou herança biológica, mas pela transmissão de ensinamentos, o que leva a segunda condição – as exigências da socialização e do aprendizado, que diz respeito ao teor normativo que é passado das gerações mais velhas para as mais novas, ou dos adultos para as crianças. São as normas e regras sociais apreendidas e reproduzidas socialmente.

Segundo Eisenstadt (1976), essa interação entre adultos e jovens ou crianças é imprescindível para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, pois sua formação é constituída por meio dessa integração social, do mecanismo de aprendizagem, em que os mais velhos atuam como modelo para os mais novos, num processo de identificação – ou não – na constituição das orientações sociais e culturais.

Uma das principais tarefas com que se defronta toda sociedade e sistema social é estabelecer as condições para a perpetuação de sua própria estrutura, normas, valores etc., apesar das mudanças forçadas em sua composição por mortes e nascimentos. Por esse motivo a passagem de um indivíduo pelos diferentes estágios é algo que não só a ele diz respeito, mas uma questão de importância crucial para todo o sistema social, enfatizando os perigos em potencial da descontinuidade e ruptura e a necessidade de superá-los. É por esta razão que o indivíduo, em todos os momentos de sua vida, não só desempenha determinados papéis e interage com outras pessoas, mas é também obrigado a garantir, por seu desempenho, um certo grau de continuidade do sistema social. (EISENSTADT, 1976, p. 4-5).

Dessa forma, o autor deixa claro a importância das relações entre pessoas de uma mesma faixa etária se agruparem entre iguais; assim como, as interações entre diferentes graus etários, ambas as relações participam da construção de uma sociedade, tanto no nível individual quanto no coletivo. Eisenstadt (1976) destaca que esse aspecto se torna claramente acentuado em casos “negativos”, em que esta continuidade do sistema social é rompida por grupos jovens considerados delinquentes ou revolucionários, como os movimentos culturais (ou contra culturais) e/ou políticos, como veremos mais adiante. Nestes casos, a autopercepção individual e a imagem de si construída por jovens podem ser plenamente opostas à imagem da geração mais velha. Seja pela continuidade ou por sua ruptura, ou, como na maioria dos casos, um status social híbrido, essa complexidade corrobora com o pensamento mannheimiano de que as gerações são permeadas por atributos culturais, não determinadas única e exclusivamente pelos aspectos biológicos.

Assim como para Mannheim, Eisenstadt (1976, p. 1) considera que em “todas as sociedades os fatos biológicos básicos e comuns são marcados por um conjunto de definições culturais que atribuem a cada grupo etário suas características básicas”. Dessarte, os autores não excluem as condições biológicas, mas ressaltam as condições e definições culturais para a constituição do fenômeno da idade. Para eles, em qualquer sociedade, o processo de crescimento e envelhecimento são atravessados por constructos culturais. Eisenstadt (1976) frisa que as fases etárias são mais que meras categorias classificatórias, pois sua formação envolve significações sociais e culturais, tornando-a, assim, carregada de sentido ideológico. Portanto, as diferenças etárias servem tanto para a continuidade (ou não) do sistema social quanto para a percepção do indivíduo, em seu processo social integrador e na sua autoidentificação enquanto sujeito.

Eisenstadt (1976) aponta três tipos de grupos juvenis que se desenvolvem em sociedades modernas. O primeiro ocorre no sistema escolar educacional; o segundo são os grupos ou agências juvenis dirigidas por adultos, como organizações especializadas para lidar com a juventude e seus “problemas”; e o terceiro tipo, os grupos que surgem de forma espontânea entre os jovens. Este último é o que importa para nossa reflexão, uma vez que os grupos e as interações que se originam nas redes sociais digitais formam-se voluntariamente pelo interesse próprio de cada membro.

Nesse tipo de grupo – agregado espontaneamente – os jovens são atraídos a se associarem a grupos etários, pois nesse meio seus conflitos e necessidades são

reconhecidos, há direta identificação entre seus membros. É neste ponto que Eisenstadt (1976) objetiva compreender como esses grupos se organizam e compartilham experiências comuns entre si e com outros grupos etários – ou graus etários, em que o autor chama de termo técnico, no sentido de configurar um “tipo humano” de modo geral. Em suas palavras:

[...] em termos gerais encontramos aqui uma nítida correspondência entre graus etários e os grupos etários (ou conjuntos etários). Usualmente, um conjunto organiza-se com base no fato de pertencer a um determinado grau etário e, no caso de vários grupos estarem formados por um grau, são geralmente designados como subgrupos do conjunto de graus etários. (EISENSTADT, 1976, p. 185).

Esses grupos ou graus etários, segundo o autor, dispõem de condições específicas, na medida em que pertencer a um grau etário pode, potencialmente, fazer com que esses indivíduos se associem numa interação concreta, que lhes atribua uma qualidade de membro dentro de um grupo, ou subgrupo, que difere de outros grupos etários. Eisenstadt (1976) acredita que esses agrupamentos de adolescentes existem em qualquer sociedade, independentemente de sua estrutura, mas são em sociedades universalistas que tais grupos se formam de maneira mais articulada, com forte laço de identificação. Há uma grande tendência de solidariedade entre esses grupos homogêneos, isso porque, de acordo com Eisenstadt (1976, p. 25): a) possuem definição comum do período da vida e destino; b) compartilham as mesmas tensões emocionais e experiências durante o período de transição e de tensão emocional. Assim, as necessidades sexuais, como ele aborda, são vivenciadas de modo semelhante, como os impulsos³ e temores consequentes da maturação sexual. “Geralmente, sentem as mesmas fraquezas e incertezas quanto aos seus papéis futuros e têm uma necessidade comum de participação e comunhão. Podem, em alguns casos, até mesmo possuir algumas necessidades (espirituais, ideológicas) de ‘encontrarem-se a si mesmos’ e de formar sua identidade. Todos esses motivos fazem com que eles naturalmente se aproximem uns dos outros” (EISENSTADT, 1976, p. 25).

O autor parte da hipótese, portanto, de que o critério etário é um elemento constituinte para a formação de grupos, que envolve três elementos: o critério de qualidade de membro de grupos etários; sua estrutura interna; e o lugar que ocupam na

³ O autor cita impulsos “heterossexuais”, porém, optamos por retirar essa parte, levando em conta que as orientações sexuais são múltiplas e estão além do padrão dicotômico.

estrutura social. Trazendo para nosso objeto de investigação – o canal da Louie Ponto – podemos observar essa qualidade de pertencimento ao grupo no estabelecimento das interações, nas trocas de mensagens afetivas, em que ocorre o que Eisenstadt (1976) nomeia de identificação mútua, que garante ao indivíduo aceitação e contínua união no grupo. “O indivíduo esforça-se pela reação de seu companheiro por causa da totalidade de experiência que isso implica, já que essa reação, sendo uma expressão de completa aceitação, reforça sua auto-identificação” (EISENSTADT, 1976, p. 138). Quanto à estrutura interna do grupo, será possível compreendê-la no capítulo seguinte, mediante análise das interações realizadas, especificamente, no âmbito virtual. E o terceiro ponto, entendemos ser possível averiguar de forma suficiente numa pesquisa à parte, ainda que podemos apontar para sua função social – não enquanto instituição – mas como uma rede social que contribui para formar indivíduos; e colocar em debate temas de seus próprios interesses, num ambiente relativamente “aberto” e que permite que suas vozes sejam ouvidas.

Essa solidariedade, de acordo com o autor, torna-se uma condição para o desenvolvimento da identidade e da personalidade do indivíduo, em que este busca gratificações nas relações interpessoais com outros iguais. Para Eisenstadt (1976, p. 221), “dá-se muita ênfase a essa identificação grupal coletiva em todos os grupos juvenis modernos e a coesão, solidariedade e lealdade do grupo são ressaltadas como constituintes de uma das fundamentais virtudes da juventude, distinguindo-as da sociedade adulta”. Além disso, o autor complementa que por intermédio da qualidade de membro dentro do grupo etário, o indivíduo acaba desenvolvendo novas atitudes psicológicas.

Os grupos podem ser formar, como aponta o autor, por afiliação a alguma organização formal, seja na escola ou algum movimento juvenil, como escoteiro, organização religiosa, política ou esportiva, ainda assim, Eisenstadt (1976) ressalta a autonomia e a solidariedade que pode existir entre os jovens, podendo estar desconforme com as diretrizes dos representantes da organização. Já os grupos mais informais, o autor acredita serem mais homogêneos no aspecto de classe social ou relações étnicas. Este é um ponto interessante a destacar, já que, atualmente, com as redes sociais digitais, os grupos juvenis extrapolam essas condições, pois se formam por interesses comuns, mesmo sendo de classes sociais diferentes, ou de estarem em lugares socialmente

distantes, pode ser, ainda, que essas diferenças até sejam um fator constitutivo de suas aproximações. Eisenstadt (1976, p. 287) alerta que:

Numerosas pesquisas têm demonstrado que, sem a participação nesses grupos de iguais, o desenvolvimento psicológico do indivíduo é seriamente prejudicado, dando até origem a várias manifestações patológicas, apesar de que em todos estes casos a qualidade de membros dos grupos de iguais é tão-somente um estágio da emancipação da juventude da dependência da família, um estágio que deve ser superado, antes de conquistar plena maturidade social.

O autor enumera, assim, as três características elementares que compõem os grupos etários juvenis. O primeiro está no vínculo da experiência comum, dos valores comuns compartilhados e da identificação mútua, em que o indivíduo obtém qualidade de membro. Em segundo lugar, o autor pontua que a imagem e as orientações de valor estabelecidas no grupo etários são, necessariamente, qualitativas e difusas. Ele esclarece: “É importante enfatizar aqui que tal caráter qualitativo e difuso não está relacionado com nenhum tipo de agrupamento de papéis marginais e segregados, e sim com aspectos mais centrais e cruciais dos papéis e atividades – aqueles relacionados com o status e a integração total dentro da comunidade” (EISENSTADT, 1976, p. 168).

A partir disso, Eisenstadt (1976) destaca, talvez, a característica mais importante dentro do grupo etário: a forte solidariedade interna, que constitui uma orientação no convívio da coletividade e da comunidade. O autor acrescenta que essas “panelinhas” de jovens e adolescentes são muito mais que grupos transitórios, pois devido à identificação mútua de seus membros, estes têm seu “ego envolvido” neles, conferindo-lhes grande importância nesse pertencimento de grupo, que funciona como um objeto necessário para o desenvolvimento do indivíduo, ao receber um status diferente e independente do de sua família, da escola etc., numa esfera de caráter preparatório para a vida e para futuros papéis que exercerão na sociedade.

4 Considerações finais

A partir do exposto ao longo do texto, percebeu-se que a juventude é mais do que uma categoria da faixa etária, embora esteja atrelada aos seus mecanismos biológicos e maturacionais, esse período da vida humana se constituiu – e vem se constituindo – além

de fatores naturais, pois emergiu, na verdade, devido a uma necessidade social, da segregação da criança e a formação de sua vida escolar, à parte da família, dentre outros aspectos.

Também observou-se, numa perspectiva sociológica, a importância de grupos adolescentes, denominados de unidades de geração, nas quais manifestam um vínculo concreto entre seus membros, que acabam por adquirir uma consciência semelhante, por possuir uma mesma tendência formativa que vincula socialmente os indivíduos, com atitudes integradoras, num conjunto de esforços coletivos. Podemos abrir um parêntese para pensar esse conceito ao canal da youtuber Louie Ponto – nosso objeto de estudo, e no modo como as interações se dão, tendo as questões de gênero como a tendência formadora que une jovens enquanto um grupo específico – na temática e no ambiente digital. O que demonstra, uma vez mais, a importância dessa reflexão ao pensar as relações da juventude nos dias de hoje.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criação e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De Geração a Geração**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACHHI, Marialice Mencarini (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, mai./ago. 2010.